CARIOCA CHRISTIANI-NIELSEN ENGENHARIA S.A.

CNPJ: 40.450.769/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Aproveitamos para agradecer aos nossos colaboradores, cuja dedicação e profissionalismo são fundamentais para a superação dos desafios do nosso negócio. Não menos importante é a forte parceria que temos com nossos clientes e fornecedores, aos quais também agradecemos. E, finalmente, reforçamos que continuam sendo focos prioritários para a Companhia o fortalecimento do Programa de Integridade, com a consolidação do Sistema de Gestão Antissuborno Compliance e Concorrencial ("SGACC"), e a manutenção de um núcleo competente e estratégico de pessoas. A Diretoria

Balanços Patrimoniais - Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.1/3	28.162	37.677
Contas a receber de clientes	2.2	116.980	120.591
Estoques	2.3	939	945
Adiantamentos a fornecedores		5.684	5.647
Créditos tributários	2.4	9.268	7.530
Despesas antecipadas		195	195
Outros créditos		1.226	1.164
		162.454	173.749
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos com partes relacionadas	4	46.588	45.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.10	10.475	3.783
Depósitos, cauções e retenções	5	18.799	15.149
Outros realizáveis a longo prazo		859	859
		76.721	64.813
Investimentos	2.5/6	64.404	65.522
Imobilizado	2.6/7	2.036	2.277
		143.161	132.612
Total do ativo		305.615	306.361

Passivo	Notas	2022	2021
Circulante			
Fornecedores	2.7	9.252	7.423
Tributos e obrigações sociais	2.4	8.234	7.117
Parcelamentos de tributos	2.8	4.178	17.091
Parcelamentos com órgãos públicos	2.9	2.840	2.840
Provisões trabalhistas	2.11	3.511	2.885
Adiantamentos de clientes	2.12	11.786	10.970
Débitos com partes relacionadas/Outros	4	534	237
		40.335	49.563
Não circulante			
Parcelamentos de tributos	2.8	23.376	27.554
Parcelamentos com órgãos públicos	2.9	68.195	66.035
Retenções contratuais e outros	2.13	9.311	9.037
		95.882	102.626
Patrimônio líquido	8		
Capital social		410.811	384.911
Adiantamento para futuro aumento de capital		14.480	25.900
Ajuste de avaliação patrimonial	2.14	-	(7.344)
Prejuízos acumulados		(255.893)	(248.295)
		169.398	155.172
Total do passivo e patrimônio líquido		305.615	306.361

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021	354.911	30.000	(8.185)	(219.195)	157.531
Aumento de capital social	30.000	(30.000)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	25.900	-	-	25.900
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	841	-	841
Prejuízo do exercício	-	-	-	(29.100)	(29.100)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	384.911	25.900	(7.344)	(248.295)	155.172
Aumento de capital social	25.900	(25.900)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	14.480	-	-	14.480
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	7.344	-	7.344
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.598)	(7.598)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	410.811	14.480	-	(255.893)	169.398

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2022	2021
Receita bruta da prestação de serviços	2.14	84.236	31.514
Impostos e contribuições sobre serviços		(3.933)	(955)
Receita operacional líquida		80.303	30.559
Custo dos serviços prestados	2.15	(65.676)	(22.509)
Lucro bruto		14.627	8.150
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	9	(45.730)	(39.592)
Depreciação e amortização		(241)	(184)
Outras operacionais, líquidas	2.17	2.264	10.768
Resultado de equivalência patrimonial		(1.141)	(2.288)
		(44.848)	(31.296)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(30.221)	(23.146)
Resultado financeiro, líquido	2.16	12.148	(7.217)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(18.073)	(30.363)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	2.10	10.475	1.263
Prejuízo do exercício		(7.598)	(29.100)
Quantidade de ações (por lotes mil)		839.418	546.918
Prejuízo do exercício por ação - R$		(0,01)	(0,05)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Prejuízo do exercício		(7.598)	(29.100)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial	2.14	7.344	841
Provisão de imposto de renda e contribuição social - diferidos	2.10	(10.475)	
Resultado abrangente do exercício		(10.729)	(28.259)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(7.598)	(29.100)
Ajustes para conciliar o resultado com os recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	241	184
Equivalência patrimonial	1.141	2.288
	(6.216)	(26.628)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	3.611	(3.913)
Créditos tributários	(1.738)	1.650
Créditos com partes relacionadas	(1.566)	1.886
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.692)	(830)
Outros ativos	(3.743)	881
Fornecedores	1.829	(3.095)
Tributos e obrigações sociais	1.117	(149)
Parcelamentos	(19.931)	6.788
Débitos com partes relacionadas	297	151
Ajuste de avaliação patrimonial	7.344	841
Outros passivos	1.716	(1.485)
Recursos líquidos aplicados pelas atividades operacionais	(23.972)	(23.903)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Baixa de imobilizado	-	(653)
Investimentos	(23)	
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(23)	(653)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	25.900	30.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	(11.420)	(4.100)
Recursos líquidos gerados pelas atividades de financiamentos	14.480	25.900
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(9.515)	1.344
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	37.677	36.333
No fim do exercício	28.162	37.677
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(9.515)	1.344

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1 - Contexto Operacional e outras Informações: A Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede na capital do Rio de Janeiro. A Companhia atua em todo o território nacional e tem como atividades a execução de serviços de engenharia civil, neles compreendendo serviços de terraplanagem, pavimentação, saneamento, irrigação, construção civil, obras ferroviárias e portuárias, serviços de dragagem e demais atividades de engenharia; a compra e venda de materiais ou equipamentos necessários a tais serviços; dentre outros. Em 2022 a Companhia reforçou seus quadros comerciais investindo na conquista de novos contratos e na melhoria de performance das obras que estavam em andamento. A composição da Diretoria foi modificada com a inclusão da Diretoria Técnica e Engenharia com foco na constructibilidade na busca de inovação em soluções de engenharia, que somada a Diretoria Geral e a Diretoria de Suporte à Gestão fazem com que o crescimento sustentável da Companhia seja retomado. Ao longo de 2020 e 2021 com o intuito de aprimorar o Programa de Integridade e atender às expectativas de mercado e das partes interessadas a Companhia implantou, aprimorou e consolidou o então chamado Sistema de Gestão Antissuborno Compliance e Concorrencial. O SGACC assegura que as ações relativas ao compliance anticorrupção, ao antissuborno e a defesa da concorrência sejam desenvolvidas visando o atendimento às necessidades do mercado da construção civil, das partes interessadas, de atendimento às obrigações legais de prevenção e mitigação dos riscos de violação às normas antissuborno, anticorrupção, de compliance e de defesa da concorrência, e dos processos da Companhia, com o objetivo de salvaguardar a continuidade seu desempenho global. Além da revisão dos documentos já existentes, com a implantação e aprimoramento do SGACC foram criados novos controles de processos, de modo a mitigar o risco de violação às Leis e normas internas aplicáveis ao tema. Finalmente, ainda em 2022, a Companhia renovou a sua adesão na qualidade de signatária, do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos, bem como manteve a sua participação ativa no Movimento de Integridade do Setor de Engenharia e Construção (MISEC), que tem como objetivo promover a adesão e a capacitação de empresas e entidades setoriais que atuam no setor e sua cadeia de valor, independentemente do seu porte e forma de governança, almejando um ambiente de negócios ético, íntegro e transparente. As referidas ações refletem o esforço contínuo da Companhia para o combate à corrupção e as práticas anticoncorrenciais bem como para a disseminação da cultura ética no País. Em 17 de novembro de 2022, a Companhia, mantendo o seu papel de protagonista na promoção da ética, ingressou no quadro de associados do IBRIC (Instituto Brasileiro de Autorregulação no Setor de Infraestrutura), instituto que tem como missão promover a autorregulação das empresas associadas em temas que abrangem a ética, transparência, integridade, sustentabilidade e governança corporativa, contribuindo para o fortalecimento da área. Estão previstas ainda diversas outras ações em 2023 para contribuir com o aprimoramento e fortalecimento do SGACC. Os Acionistas e Alta Administração estão alinhados no sentido de que o fortalecimento do SGACC, conjuntamente com a manutenção de um quadro técnico experiente e qualificado, são fatores essenciais para o posicionamento diferenciado para a retomada do mercado. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para milhares de Reais (R$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Em 15 de março de 2023, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. **2.1 - Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia classifica como caixa e equivalentes de caixa, os investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos têm conversibilidade imediata para atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras, disponíveis para venda, são demonstradas pelo valor da aplicação acrescidos da rentabilidade *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras. São representadas basicamente por operações compromissadas e por CDB (Certificado de Depósito Bancário) com garantia de recompra diária pelo banco emitente e os saldos não excedem o seu valor justo. **2.2 - Contas a receber de clientes:** A conta e constituída pelas notas fiscais emitidas e não recebidas, e dos serviços medidos e não faturados até 31 de dezembro de 2022. A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, avaliou não haver necessidade de registro da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A referida provisão e constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de recuperar os saldos a receber. **2.3 - Estoques:** Demonstrados pelo valor de custo do estoque, incluindo todos os custos de aquisição, bem como outros custos indiretos. Não estão registrados por quantias superiores aquelas que se espera que sejam realizadas com seu uso ou venda. **2.4 - Ativos e passivos tributários:** Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a ser recolhido para as autoridades fiscais. A Administração, periodicamente, avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **2.5 - Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, a participação da Companhia no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das coligadas e controladas, após a aquisição, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no período ou em decorrência de ganhos ou perdas em reservas de capital ou de ajustes de exercícios anteriores, é reconhecida como receita (ou despesa) operacional. As demonstrações financeiras das sociedades coligadas e controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Caso necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. **2.6 - Imobilizado:** O custo de um item de um ativo tangível é reconhecido como ativo quando é provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a Companhia e o custo do item pode ser mensurado confiavelmente. O valor depreciável dos ativos é apropriado separadamente de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. O valor residual, a vida útil e o método de depreciação dos ativos são revisados pelo menos ao final de cada exercício. **2.7 - Fornecedores:** Os títulos emitidos por fornecedores estão registrados pelo seu valor nominal, acrescidos, quando aplicável, dos encargos financeiros incorridos. **2.8 - Parcelamentos de tributos:** A Companhia optou pelo parcelamentos na Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para débitos de imposto de renda, contribuição social, previdenciários e não previdenciários. **2.9 - Parcelamentos com órgãos públicos:** Acordos celebrados junto aos órgãos públicos, que resulta na obrigação do recolhimento de contribuição pecuniária por parte da Companhia. Cada acordo celebrado possui prazos e taxas distintas para os recolhimentos. **2.10 - Imposto de renda e contribuição social:** Corrente: A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda e a contribuição social da Companhia foram calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais (IRPJ) e Base Negativa (CSLL) e, nos casos de contratos de longo prazo firmados com pessoa jurídica de direito publico, a Companhia difere a tributação do lucro até a sua realização. A provisão correspondente encontra-se destacada no ativo ou passivo não circulante. O saldo dos impostos diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir o uso integral do benefício fiscal, o ativo diferido é reduzido e ajustado. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, somente dentro da mesma entidade jurídica, se houver um direito legalmente executável de compensar impostos correntes ativos contra impostos correntes passivos e se eles estiverem relacionados à tributação de renda pela mesma autoridade fiscal. **2.11 - Provisões trabalhistas:** A Companhia registra nessa rubrica a provisão de férias calculada com base nas remunerações no período aquisitivo *pro-rata temporis* dos funcionários ao final de cada exercício. **2.12 - Adiantamentos de clientes:** Refere-se a adiantamentos de clientes decorrentes de parcelas recebidas antecipadamente à produção de serviços. **2.13 - Retenções contratuais:** A empresa retém um percentual estipulado em contrato com os seus fornecedores após a conclusão dos serviços, desde que não existam pendências contratuais e ou ações trabalhistas ainda não julgadas, a retenção é liberada, mediante Termo de Encerramento e Quitação do Contrato. **2.14 - Receitas:** A Companhia aplica CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com cliente – conforme legislação contábil em vigor, que estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. A receita é reconhecida por um valor que reflete a contraparida a que a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviço para um cliente. Esta norma substitui o CPC 30/IAS 18 – Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. **2.15 - Custos:** Os custos dos contratos compreendem todos os dispêndios que se relacionem diretamente com um contrato específico, os que forem atribuíveis à atividade de contratos em geral e puderem ser alocados ao contrato e outros que forem diretamente debitáveis ao cliente, nos termos do contrato. **2.16 - Receitas e despesas financeiras:** O resultado financeiro líquido inclui rendimentos sobre aplicações financeiras, atualização monetária e juros, os quais são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência. **2.17 - Outras operacionais, líquidas:** Compreendem nesse grupo todas as demais receitas e despesas operacionais da Companhia. **2.18 - Obras em consórcios:** As participações em consórcios são registradas linha a linha no resultado e no balanço conforme percentual de participação em cada um deles. **2.19 - Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As principais contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: Investimentos e Imobilizado.

3 - Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2022	2021
Caixa e bancos	3.740	36.641
Aplicações financeiras	24.922	1.036
	28.162	37.677

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. **4 - Créditos e Débitos com Partes Relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Não há encargos financeiros nem prazos de vencimento para essas transações.

	Ativo		Passivo	
	2022	2021	2022	2021
Transações com partes relacionadas	46.588	45.022	534	237
	46.588	45.022	534	237
Parcelas circulante			534	237
Parcelas não circulante	46.588	45.022		

5 - Depósitos Judiciais, Cauções e Retenções: A Companhia e parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As previsões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes desses processos são mensuradas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais com baixo risco de perdas para as quais não há provisão constituída. Os saldos apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Depósitos judiciais trabalhistas	3.799	4.126
Depósitos judiciais – ISS	-	67
Depósitos judiciais – PIS	269	269
Depósitos judiciais – COFINS	1.661	1.661
Outros depósitos e garantias	13.070	9.026
	18.799	15.149

6 - Investimentos

Empresas	% Participação	2022	2021
Rodoanel Sul 5 Engenharia Ltda.	28,30	30.194	30.214
Solace Empreendimentos Imobiliarios S.A.	25,00	34.010	34.147
Concessionária Rio Barra	33,33	63	1.024
Concessionária Porta Novo (*)	25,00	-	-
Outros investimentos		137	137
		64.404	65.522

*Investimento zerado em função do patrimônio líquido negativo da Investida.

7 - Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Custo	2022 Depreciação acumulada	Líquido	2021 Líquido
Máquinas e equipamentos	10% a 16,66%	102.310	(102.310)	-	-
Veículos	20%	11.518	(11.011)	507	644
Instalações	5%	4.863	(4.863)	-	-
Aeronave	10%	9.592	(9.592)	-	-
Outros imobilizados	15%	10.226	(8.697)	1.529	1.633
		138.509	(136.473)	2.036	2.277

8 - Patrimônio Líquido: Capital social: O capital social da Companhia no montante de R$ 410.811 (R$ 384.911 em 31 de dezembro de 2021), está representado por 639.418.198 (546.918.198 em 31 de dezembro de 2021) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 381.909.037 (326.661.279 em 31 de dezembro de 2021) ordinarias e 257.508.861 (220.256.919 em 31 de dezembro de 2021) preferenciais, totalmente subscrito e integralizado. **Reservas de lucros:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as reservas de lucros não foram constituídas devido à Companhia ter apresentado prejuízo no exercício.

9 - Despesas Gerais e Administrativas:

	2022	2021
Salários, encargos e benefícios	(8.352)	(10.439)
Acordos judiciais cíveis e trabalhistas	(7.220)	(3.354)
Serviços	(14.105)	(8.284)
Prestação de serviços em geral	(10.804)	(14.516)
Aluguéis de imóveis	(1.129)	(722)
Despesas gerais	(4.090)	(2.277)
	(45.730)	(39.592)

10 - Seguros: A Companhia adota a política de manter cobertura de seguros para os bens próprios de seu ativo imobilizado, em montante considerado suficiente para cobrir todos os riscos existentes. Possui também apolices de riscos nomeados, com cobertura determinada definida por garantias de especialistas, levando em consideração a natureza e grau de risco do negócio, em montantes considerado suficientes para cobrir eventuais perdas em seus ativos e/ou responsabilidades. **11 - Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. A Administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não tem a prática de operar com derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas e sistemas de gestão de riscos são revistos regularmente para refletir [illegible] do grupo. **12 - Eventos** entos entre a data base da presente Demonstração Financeira e a data de divulgação das mesmas e não existem eventos subsequentes a serem divulgados nas linhas gerais das normas contábeis pertinentes ao assunto.

Andreia Cardoso de Lima - Contadora - CRC-RJ 094712/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e administradores da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. - Rio de Janeiro – RJ: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os principios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.

Lopes, Machado BKR

CRC-RJ - 2026/O-5
Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ 060.611/O-0

José Carlos de Almeida Martins
Contador - CRC-RJ 036.737-0

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2º.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
JUCERJA
Pag.: 08/21